



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB

INSTITUTO DE LETRAS - IL

DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURA - TEL

**A MULHER E A LITERATURA: O CASO DE JULIA LOPES DE
ALMEIDA E A REPRESENTATIVIDADE NO CÂNONE**

MARINA ARAÚJO RODRIGUES

BRASÍLIA – DF

2019

MARINA ARAÚJO RODRIGUES

**A MULHER E A LITERATURA: O CASO DE JULIA LOPES DE
ALMEIDA E A REPRESENTATIVIDADE NO CÂNONE**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Língua Portuguesa e Respectiva Literatura da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção de grau de licenciado em Letras – Português, sob orientação da Profa Dra. Luciana Barreto.

BRASÍLIA – DF

2019

BRASÍLIA- DF
2019
FICHA CATALOGRÁFICA

RODRIGUES, Marina Araújo. A mulher e a literatura: O caso de Julia Lopes de Almeida e a representatividade no cânone.

Orientação: Luciana Barreto.

38 páginas.

Mulher. Cânone. Representatividade. Júlia Lopes de Almeida. Feminismo.

Brasília/DF, 2019

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãe e meu pai, por sempre me incentivarem ao estudo.

E também, dedico a cada mulher que não pude conhecer, que não pude ouvir, que foi esquecida, que foi silenciada.

Este trabalho é sobre todas nós.

“O mundo de cada um é limitado pelo que abrangem os raios da sua capacidade visual ou pelo que lhe sugere sua imaginação”

- Júlia Lopes de Almeida, 1899.

AGRADECIMENTOS

Às mulheres que fazem parte da minha vida e me acompanharam durante minha trajetória, que me inspiraram, que me influenciaram a ser quem eu sou, minha mãe, Marluvia Araújo, e minha avó Deolinda Ribeiro.

A todas as admiráveis mulheres que conheci e que tiveram grande relevância na minha carreira acadêmica e despertaram a minha paixão pelas letras, minhas professoras inspiradoras: Viviane Faria, Cléa Maduro, Maria de Jesus Rodrigues, Ana Laura Corrêa, Fabricia Wallace e especialmente a minha querida orientadora Luciana Barreto.

Às minhas amigas e mulheres extraordinárias que fazem parte da minha vida e estão sempre ao meu lado, saibam que admiro a luta de cada uma de vocês: Marina de Castro, Geovanna Correia, Alessandra Campos, Mayara Moreto, Geisa de França, Letícia Gaspar, Narayana Yumiko, Ana Luiza de Oliveira, Laura Rodrigues, Clara Torquato, Ana Izabel da Silva, Natália Martins, Luísa Miranda, Daniela Franklin, Lua Rodrigues, Ludmylla Geiger, Luana Axhcar, Janice Fortunato, Marilete Correia.

Agradeço a todas por suas lutas.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	4
AGRADECIMENTOS	5
1. INTRODUÇÃO	7
2. A mulher na literatura brasileira: uma perspectiva histórica	9
2.1. A mulher na sociedade brasileira até o século XIX	11
2.3. A representação da mulher na literatura sob a perspectiva masculina	15
3. A questão da representatividade da mulher no cânone nacional	16
3.1. Escritoras brasileiras esquecidas ao longo dos séculos	19
3.2. A literatura em ascensão no século XIX	21
4. Julia Lopes de Almeida: a ascensão da escrita feminina no século XIX	22
4.1. A autora	23
4.2. As principais obras	24
5. A temática feminista em <i>Correio da Roça</i> e <i>Memórias de Marta</i>	26
5.1. <i>Memórias de Marta</i> – a quebra do ideal da mulher	29
5.2. <i>Correio da Roça</i> – a independência e a colaboração entre mulheres	32
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
7. REFERÊNCIAS	35

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo central a análise da questão da representatividade da escrita feminina dentro do cânone literário nacional brasileiro, de modo a estudar e compreender os motivos que levaram ao apagamento de diversas escritoras do cânone pelo fato de serem mulheres, tomando como base os fatores históricos e sociais que influenciaram essa situação. Outro objetivo desta pesquisa é estudar a relevância das obras de Júlia Lopes de Almeida, escritora do século XIX, sob o questionamento do papel da mulher dentro da sociedade da época, trazendo à tona um feminismo emergente que discute a valorização da educação e do trabalho feminino para o desenvolvimento social e econômico do país, promovendo a emancipação da mulher. Para isso, duas obras da autora em questão são fundamentais ao estudo: “*Memórias de Marta*” e “*Correio da Roça*”, narrativas inovadoras que inscrevem as mulheres como personagens centrais de suas próprias histórias, diferentemente do que se observava na literatura do século XIX, predominantemente masculina, reflexo do falocentrismo da sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVES: Mulher; Cânone; Representatividade; Júlia Lopes de Almeida; Feminismo.

1. INTRODUÇÃO

Em sua longa e controvertida trajetória de desvalorização, a literatura composta por mulheres no Brasil não está merecidamente inscrita no cânone nacional. Quando pensamos em grandes obras escritas entre os séculos XIX e XX, predominam, majoritariamente, autores como José de Alencar, Álvares de Azevedo, Machado de Assis, Lima Barreto e tantos outros homens, que obtiveram o devido reconhecimento, tanto em sua época, quanto em seus ecos na atualidade. No entanto, estes não eram os únicos que produziam literatura naquele período, mulheres como Nísia Floresta, Maria Firmina dos Reis, Beatriz Francisca de Assis, Josefina Álvares de Azevedo e Júlia Lopes de Almeida são apenas alguns nomes que também compuseram a literatura brasileira da época, porém, não obtiveram o mesmo mérito ou espaço de fala, algo que até hoje reverbera nos estudos literários no ensino básico.

Motivado pela falta de representatividade feminina no cânone da literatura brasileira, esta pesquisa se ancora no fato de os estudos nessa área se limitarem ao gênero masculino, fruto de uma sociedade patriarcal e falocêntrica, a qual estamos inseridos. Dessa forma, grandes escritoras foram esquecidas e ignoradas, e muitas de suas obras, perdidas. Com a ascensão do movimento feminista, especialmente no final do século XIX, na esteira das reivindicações por igualdade nas condições de trabalho e renda, bem como no direito ao voto, algumas dessas mulheres estão retornando, aos poucos, à luz e, finalmente, conseguindo reconhecimento, mesmo que *a posteriori* – ainda insuficiente, porém, pela relevância de suas obras na constituição da identidade literária brasileira. Nesse sentido, alguns livros estão sendo reeditados, assegurando, assim, o acesso e conhecimento por parte da população acerca dessas autoras e produções historicamente ignoradas.

Diversas mulheres, ao longo dos séculos, tiveram sua capacidade intelectual questionada e suas obras ignoradas pela supremacia masculina dentro da sociedade. Isso acaba por repercutir na composição histórica e cultural brasileira, em que a maioria da população conhece sua própria história contada apenas pela visão dos homens. Assim, a representação da mulher torna-se singular, sem abarcar os diversos entraves sofridos no âmbito social, político, doméstico, familiar e profissional, por exemplo, visto que a perspectiva masculina sobre a mulher restringe-a quase exclusivamente aos papéis de mãe e esposa, à sombra de seus maridos e famílias.

A transgressão progressiva dos valores e comportamentos impostos a nós, mulheres, desde os primórdios da sociedade humana é uma forma de resistência, afinal antes mesmo de virmos ao mundo, uma série de restrições perpassam nossa existência, diferentemente dos homens, que nascem com um papel em branco a ser preenchido como bem entenderem, a eles não há limites, não há regras. Toda mulher tem seu destino traçado a partir do momento que se descobre “uma mocinha” dentro da barriga de sua mãe, é frágil, é dócil, é angelical, é responsável, é cuidadosa, é bonita, é rosa, é uma mulher. Nós viemos ao mundo com uma série de requisitos a serem preenchidos para que possamos usufruir da definição “mulher”, e se não seguimos à risca somos péssimas representantes de nós mesmas. No entanto, aqueles que ficaram responsáveis em instaurar e consolidar o conceito *mulher* no mundo ocidental nem ao menos compartilhavam do ponto de vista do gênero feminino, sequer faziam ideia do que diziam, desejavam tão somente assegurar seus privilégios a partir da construção de um conveniente “outro” para si, embora política, social e subjetivamente distante de si mesmo, em seu feixe falocêntrico de valores e visão de mundo. Assim, a partir da definição de Simone Beauvoir, somos “o outro”, mas mantidas sob a dominação e submissão dos homens por meio da divisão dos sexos – sendo um superior e o outro inferior, de modo que não somos definidas em nós mesmas, mas sim através do olhar masculino.

Dessa forma, a literatura opera como um meio crucial na quebra desse paradigma, apresentando a possibilidade de redefinir as mulheres sob suas próprias perspectivas ao abandonar a representação restrita imposta às suas figuras. Uma das escritoras responsáveis por iniciar esse movimento contra a maré é Júlia Lopes de Almeida, que não se calou diante das injustiças vividas pela população feminina. Por esse motivo, escreveu diversos romances, os quais discutiam a desigualdade dos direitos das mulheres na sociedade brasileira. Nossa escolha foi motivada pela importância de sua escrita para o movimento feminista, ainda que pouco presente em sua época, o que gerou impactos expressivos para as gerações futuras. Sua obra foi ignorada pelo cânone, mesmo com sua excelência admitida pelos próprios pares, evidenciando, assim, a negligência dos homens com a significância dos temas de sua narrativa acerca do lugar das mulheres nos espaços públicos e privados. Desse modo, por ser uma das precursoras de uma literatura feminista emergente, o estudo de seu legado apresenta-se como

fundamental para a fixação tanto da história feminina como para a atualização do panorama literário brasileiro.

Portanto, neste trabalho, investigo as motivações histórico-culturais que percorrem a problemática em questão, traçando um fio condutor do percurso da mulher na sociedade desde o início da formação da nação brasileira, para instigar a reflexão das imposições sofridas pelo gênero feminino e os impactos causados em suas vidas. Também, analiso a representatividade e a representação da mulher na literatura do século XIX no Brasil, demonstrando as dificuldades enfrentadas pelas escritoras da época no sentido de exercerem sua profissão, e como a figura da mulher era delineada na literatura pela perspectiva, majoritariamente, masculina, reafirmando os padrões que deveriam ser seguidos por elas. Por fim, a partir das obras *Memórias de Marta* e *Correio da Roça*, de Júlia Lopes de Almeida, empreendo a análise de suas narrativas como promotoras de pensamentos feministas acerca da realidade vivida pelas mulheres, as quais viviam tempos de intensa repressão, submissão e dominação masculina.

2. A mulher na literatura brasileira: uma perspectiva histórica

A trajetória de mulheres na literatura brasileira não é recente, ainda que o reconhecimento tenha levado um longo tempo, há indícios que comprovam a produção escrita feminina desde a época da colonização. Porém, somente a partir do movimento modernista é que mulheres como Rachel de Queiroz, Cecília Meireles e Clarice Lispector obtiveram ascensão no cânone e na crítica literária. Madalena Caramuru foi a primeira mulher letrada em território brasileiro, filha de um português com uma índia. De origem baiana, a data de seu nascimento ainda é incerta, casou-se no ano de 1534 com o português Alfonso Rodrigues, que a alfabetizou. Depois de instruída, mostrou-se preocupada com a situação do povo indígena no Brasil, assim, endereçou uma carta ao Padre Manoel da Nóbrega, chefe da primeira missão jesuíta mandada ao país, pedindo pelo fim dos maus-tratos às crianças indígenas, além de também reivindicar pelo direito das mulheres à educação, tal como era com os homens. Nesse sentido, ofereceu ainda ajuda financeira para que isso ocorresse. Porém, aos olhos da rainha de Portugal, Dona Catarina, a educação formal da mulher não era essencial, a abertura das escolas públicas femininas só viria a acontecer em 1827, no Brasil, quase três séculos depois.

A condição da mulher entre os séculos XVI e XIX foi de extrema carência educacional, impedindo sua ascensão tanto em nível social, como político e econômico. As poucas mulheres que aprenderam a ler e escrever nesse período pertenciam à alta burguesia, sendo que a educação destas era, na maioria das vezes, voltada a questões domésticas, para prepará-las para o casamento. Assim, a figura masculina no âmbito social conquistou um espaço muito maior do que a feminina, devido à falta de preparo e incentivo às mulheres – afinal deveriam ser primordialmente mães e esposas. Os papéis sociais, dessa forma, eram constantemente reafirmados, inibindo qualquer possibilidade de mudança dos padrões impostos, visto que a educação nunca deixou de ser primordial para a tomada de consciência em relação a determinadas opressões sofridas pela população.

Durante o século XIX, a sociedade brasileira passava por enormes mudanças, como a consolidação do capitalismo, o crescimento dos grandes centros urbanos e a ascensão da classe burguesa. Em relação à mulher, de acordo com Mary Del Priori:

Presenciamos ainda nesse período o nascimento de uma nova mulher nas relações da chamada família burguesa, agora marcada pela valorização da intimidade e da maternidade. Um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo representavam o ideal de retidão e probidade, um tesouro social imprescindível. (D'INCAO, 2004, p. 187)

Até o século XIX, grande parte das mulheres que viviam no Brasil eram índias ou escravas negras, sem dúvida, extremamente objetificadas. Assim, para os portugueses, representavam apenas a satisfação sexual. Principalmente no Brasil Colônia, as poucas mulheres brancas que aqui viviam pertenciam às famílias ricas, mulheres e filhas dos grandes senhores de engenho. Estas moravam em casarões no campo e raramente saíam desses ambientes, assumindo exclusivamente a função de tomar conta do lar e dos filhos, enquanto os homens trabalhavam explorando as terras.

As mulheres brancas, em pequeno número no acanhado litoral do século XVI, teriam vivido em completa sujeição, primeiro aos pais, os todopoderosos senhores de engenho, depois aos maridos. [...] As índias eram as “negras da terra”, nuas e lânguidas, futuras mães de Ramalhos e Caramurus, todas a desafiar, com seus parceiros lascivos, a paciência e o rigorismo dos jesuítas. A mesma fama tinham as negras da Guiné, as crioulas,

especialmente as da casa-grande, amantes de sinhôs e sinhozinhos.
(VAINFAS, 2004, p. 98)

Somente após o século XIX, com a chegada da família real, é que as mulheres brancas vieram para o Brasil em maior número, ou junto de suas famílias, ou para reencontrarem seus maridos, que vieram na missão da colonização. A partir de então, reforçou-se o catolicismo no país, trabalho que havia sido iniciado na colônia pelos jesuítas, o que corroborou com a ideia da submissão da mulher ao homem, de acordo com os valores do cristianismo. Os escritos da literatura barroca no Brasil reforçam a figura ideal da mulher de acordo com os dogmas católicos, a exemplo disso, a poesia lírica de Gregório de Matos Guerra:

Discreta e formosíssima Maria,
Enquanto estamos vendo a qualquer hora
Em tuas faces a rosada Aurora,
Em teus olhos, e boca o Sol, e o dia:
Enquanto com gentil descortesia
O ar, que fresco Adônis te namora,
Te espalha a rica trança voadora,
Quando vem passear-te pela fria [...] (MATOS, 2011, p.338)

A referência ao nome Maria no poema destacado é uma aproximação da mulher a imagem da Virgem Maria, mãe de Jesus, mulher pura e resignada à família. A igreja, assim como a narrativa literária, teve, portanto, papel fundamental no estabelecimento da posição feminina na sociedade brasileira, visto que para os colonizadores era imprescindível que a colônia compartilhasse de sua religião, assim, eram impostos às mulheres o bom comportamento, as normas de vestimentas, a obediência aos homens, a virgindade, a obrigatoriedade do matrimônio e da maternidade – para a Igreja Católica o sexo deve ser feito apenas por fins reprodutivos: “A todo-poderosa Igreja exercia forte pressão sobre o adestramento da sexualidade feminina. O fundamento escolhido para justificar a repressão da mulher era simples: o homem era superior, e, portanto, cabia a ele exercer a autoridade.” (ARAÚJO, 2004, p. 37)

2.1. A mulher na sociedade brasileira até o século XIX

O direito das mulheres na sociedade brasileira foi, por muito tempo, limitado. As mulheres do século XIX não dispunham do poder do voto, por exemplo. A luta por esse direito iniciou-se em 1891, mas a proposta de emenda à Constituição prevendo o voto feminino foi negada. Somente no dia 24 de fevereiro de 1932, mais de quarenta anos depois, é que foi assegurado à mulher o voto.

Com a Constituição de 1824, surgiram escolas destinadas à educação das mulheres, mas, ainda, voltada a trabalhos manuais, domésticos, cânticos e ensino brasileiro de instrução primária. Era proibido que mulheres frequentassem as mesmas escolas que os homens por dois motivos: o primeiro era que o convívio entre homens e mulheres, de acordo com a Igreja, poderia provocar relacionamentos ilegítimos e, o segundo, porque a instrução dada aos homens era de nível mais elevado, assim, as mulheres eram consideradas incapazes. Homens e mulheres só puderam estudar juntos a partir do século XX. Regia também, no Brasil-colônia, as leis portuguesas e, mesmo após a independência, o país continuou valendo-se da legislação estrangeira. A exemplo disso, por mais de trezentos anos, vigeram as Ordenações Filipinas, que traziam em seu âmago o conservadorismo do poder patriarcal vivido na Idade Média. Nesse regime, era possibilitada ao marido a aplicação de castigos corporais à mulher e aos filhos, vedando-se ainda à esposa ser testemunha em testamento público, ou seja, o pátrio poder era de exclusividade do marido, não podendo a mulher ser tutora ou curadora sempre que contraísse núpcias.

Havia ainda, no Código Civil de 1916, diversas restrições às mulheres casadas consoantes à autorização de seus maridos. O artigo 242 concedia ao homem o poder de determinar a prática ou não de algumas atividades pela mulher, como aceitar ou recusar heranças, exercer profissão, abrir conta em bancos, viajar ou ter um estabelecimento comercial. Apenas em 1962, com a promulgação do Estatuto das Mulheres Casadas, é que os direitos das pessoas de sexo feminino foram ampliados e tais proibições abolidas. Porém, somente com a Constituição de 1988, ficou expresso, em lei, a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres.

Excluídas de uma efetiva participação na sociedade, da possibilidade de ocuparem cargos públicos, de assegurarem dignamente sua própria sobrevivência e até mesmo impedidas do acesso à educação superior, as mulheres no século XIX ficavam trancadas, fechadas dentro de casas ou sobrados, mocambos e senzalas, construídos por pais, maridos, senhores.

Além disso, estavam enredadas e constringidas pelos enredos da arte e ficção masculina. Tanto na vida quanto na arte, a mulher no século passado aprendia a ser tola, a se adequar a um retrato do qual não era a autora. (TELLES, 2004, p. 341)

Portanto, às mulheres era negada qualquer participação efetiva na sociedade e na construção de uma nação, criando, assim, um país dominado pelo pensamento masculino. Mesmo que assumissem o risco de ir contra as tradições e as normas sociais de comportamento, as mulheres não obtiveram o reconhecimento que lhes era devido, simplesmente por terem nascido mulheres. Sua incapacidade era imposta antes mesmo que tivessem a oportunidade de provar o contrário; desde meninas os destinos já estavam previamente traçados pela família, que delas esperavam ‘merecer’ o estatuto de boas moças, bem comportadas, prendadas e submissas, credenciais consideradas essenciais para serem boas esposas e mães.

Porém, no final do século XIX, com o crescimento da urbanização e industrialização nos grandes centros, a mulher tornou-se maioria na carreira do magistério. Isso se deu pelo fato de que, com o desenvolvimento das cidades no Brasil, as oportunidades de empregos para os homens cresceram, enquanto para as mulheres, principalmente as casadas, poucas opções existiam no campo do trabalho formal. Assim, houve um processo de “feminização do magistério”, já que as mulheres tinham “por natureza” o dom maternal, isto é, a vocação de cuidar das crianças, sendo consideradas, nesse sentido, educadoras naturais, logo, perfeitas para a escolarização dos pequenos. Estabeleceu-se, portanto, a ideia de vocação da mulher para esse ofício, como uma espécie de extensão da maternidade; o que incentivou as mulheres a fazerem parte do mercado de trabalho, no entanto, reforçou o ideal materno envolvido no papel da mulher dentro da sociedade.

Aquelas que ousavam uma carreira profissional além do magistério e uma vida fora do espaço privado eram tidas como teimosas, transgressoras ou malcriadas. A carreira literária era uma dessas: diversos foram os escritos de autoria feminina entre os séculos XIX e XX no Brasil. Por isso, devido ao contexto em que estavam inseridas, essas mulheres não se propunham simplesmente a escrever, mas também a lutar por uma realidade mais justa, na qual, assim como os homens, tivessem o direito de expor suas palavras, denúncias, pensamentos, frustrações e o que mais quisessem.

2.2. A negligência da educação das mulheres

Desde a época da colonização, a educação dos nativos brasileiros estava concentrada nas mãos jesuíticas, as escolas de ler e escrever erguidas no século XVI tinham a intenção da formação cultural da elite branca e masculina. Às mulheres era permitido somente o ensino da catequese, já que a Igreja defendia a ideia de que a mulher poderia ocupar somente os espaços privados do lar e da família. Até a independência do Brasil em 1822, as condições da educação eram extremamente precárias:

O discurso sobre a importância da educação na modernização do país era recorrente. As críticas ao abandono educacional em que se encontrava a maioria das províncias estavam presentes nos debates do Parlamento, dos jornais e até mesmo dos saraus. Os anos passavam, o Brasil caminhava para o século XX e, nas cidades e povoados, sem falar na imensidão rural, grande parte da população continuava analfabeta. Os legisladores haviam determinado, nos idos de 1827, que se estabelecessem “escolas de primeiras letras”, as chamadas “pedagogias, em todas as cidades, vilas e lugarejos mais populosos do Império”. (LOURO, 2004, p.371)

As poucas escolas que existiam não forneciam um ensino muito além da leitura e escrita, apenas para os homens alguns conhecimentos mais relevantes eram ensinados. As escolas eram separadas, para homens e para mulheres, e divergiam quanto aos conteúdos endereçados a cada um. Assim, enquanto os meninos aprendiam geometria e matemática, as meninas aprendiam bordado e costura. Já à população negra sequer era permitido, nesse período, tipo algum de escolarização formal – e as crianças obtinham a ‘formação’ com base na violência do trabalho a qual eram submetidas desde pequenas. Nessa perspectiva, o acesso aos estudos era restrito a uma mínima parcela da população brasileira, sendo necessário dinheiro para pagar as escolas e até mesmo o status social. As mulheres que tiveram alguma educação nessa época eram, na verdade, treinadas para o papel doméstico, sem pretensões além disso. Aquelas que pertenciam a famílias ricas ainda conseguiam o grande privilégio de estudar francês e piano, para que fossem mais valorizadas aos olhos da família de seu futuro noivo. Desse modo, é possível compreender o papel conferido à educação das mulheres no século XIX, que era uma espécie de escola para esposas, preparando-as para um futuro eminente, sem contestações.

Construiu-se, portanto, a ideia de que a vida doméstica era a única opção para mulher, já que desde a infância aprendiam o que era necessário para tal realidade, algo fortemente influenciado pelos dogmas do cristianismo, em que a sacralidade da mulher reside somente no fato de ser mãe. Não lhes era dada a oportunidade de expandir seus horizontes e estudar áreas como a matemática, a física ou a geografia, porque estas não eram importantes para que exercessem a maternidade, sendo, na verdade, conhecimentos restritos ao universo masculino, o qual poderia explorar as diversas possibilidades sobre sua vida pública. Mesmo dentro de uma realidade patriarcal e machista, algumas mulheres não se calam diante de tantas injustiças para com seu gênero, e aquelas que pertenciam a famílias com condições financeiras privilegiadas conseguiram dedicar-se aos estudos formais além dos ensinamentos domésticos, tanto por meio de professores particulares, quanto indo para instituições educacionais fora do país.

2.3. A representação da mulher na literatura sob a perspectiva masculina

A narrativa literária não possui compromisso estrito com a realidade factual, visto que a transfigura em representações fictícias, porém, a partir de seus elementos discursivos, é possível perceber padrões reproduzidos e reafirmados na sociedade. Os comportamentos observados nas personagens das histórias são tidos como modelos a serem seguidos pelo corpo social, principalmente em se tratando de figuras heroicas ou românticas. Assim, a prosa brasileira teve papel fundamental na construção e perpetuação de estereótipos masculinos e femininos. Um exemplo disso é a ideia do casamento como a fonte de toda felicidade da mulher, o ápice de suas conquistas, pensamento constantemente reafirmado durante o período do Romantismo no Brasil durante o século XIX.

A obra *Senhora* (1874), de José de Alencar, pode ser citada com um exemplo disso: o romance narra a história de Aurélia, personagem que reafirma a ideia de que a mulher precisa de um marido para se completar ou obter sentido em sua vida. Aurélia é construída a partir do ideal feminino, a qual, antes mesmo de conhecer alguém, já está enamorada da ideia do amor, sonhando com um par idealizado. Esse pensamento é pautado pela ideia de que o casamento é a única ambição da mulher, fazendo com que ela só se sinta completa ao encontrar um homem que a ajude a cumprir seu destino de

união. Mesmo depois de conseguir uma herança e não ser dependente financeiramente de mais ninguém, Aurélia persiste no projeto matrimonial. Apaixonou-se por Seixas, que recusou casar-se com ela em troca de um dote maior oferecido por outra mulher, o que leva a personagem a planejar uma vingança após receber a herança. Ainda que, nesse momento da narrativa, Aurélia demonstre uma quebra no padrão feminino, armando uma estratégia para que Seixas deixe de se casar com a outra mulher e aceite a sua proposta, sem saber de quem se tratava, movido inteiramente pelo interesse, após o casamento, a personagem acaba, novamente, entregando-se ao estereótipo feminino e desiste de se separar do marido, devido ao sentimento amoroso que nunca deixou de existir por ele. A protagonista revela, em dado momento, uma hesitação sobre as verdadeiras intenções de Seixas, demonstrando que deseja a submissão de si mesma a ele e ao seu amor:

Não! É cedo! É preciso que ele me ame bastante para vencer-me a mim; [...] quando ele convencer-me do seu amor e arrancar do meu coração a última raiz desta dúvida atroz que o dilacera; quando nele encontrar-te a ti, o meu ideal, o soberano de meu amor; quando tu e ele fores um, e eu não vos possa distinguir nem no meu afeto, nem nas minhas recordações, nesse dia eu lhe pertença...” (ALENCAR, 1974, p.170-171).

No final, Aurélia ainda transfere a sua riqueza ao marido, já que o homem é quem deve possuir o poder financeiro dentro da família. Portanto, o romance teve papel fundamental na reafirmação do perfil da mulher em sociedade como aquela que age em prol do amor, busca sua felicidade no homem e no matrimônio, anulando-se como pessoa, visto que só é alguém quando firma um compromisso com o outro e não possui qualquer tipo de ambição além dessa.

3. A questão da representatividade da mulher no cânone nacional

A condição da mulher está em constante revisão na sociedade, devido às desigualdades motivadas pelas questões de gênero. Por muito tempo, o papel da mulher era somente como provedora do lar, mantendo-se submissa, primeiramente, à família, posteriormente, ao marido, sem que lhe fosse permitido qualquer questionamento ou descontentamento com os mesmos, principalmente com as figuras masculinas de sua realidade, o pai e o esposo – que representam a autoridade dentro da vida feminina,

compondo, assim, uma sociedade patriarcal. Dessa forma, instigar a mulher a buscar uma vida fora do ambiente doméstico era um ato de violação dos bons costumes e das tradições da família. Essa realidade já foi superada na sociedade atual, depois da conquista da mulher pelo direito ao voto, à educação formal e ainda de fazer parte do mercado de trabalho; porém a ideia retrógrada da submissão da mulher ainda traz grandes consequências na contemporaneidade, o que pode ser percebido pela taxa de feminicídios no Brasil, a quinta maior no mundo, de acordo com dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2018. Nesse sentido, foram registrados 1.206 casos de feminicídios no país, o que equivale a 1 mulher morta a cada 8 horas.

O lugar da mulher na literatura brasileira foi e ainda é questionado devido à ideia socialmente construída sobre a inferioridade do gênero, tanto intelectual quanto física. Por isso, a escrita feminina não é valorizada como deveria, ainda que represente a luta das mulheres por um “lugar de fala”¹. Outro problema diz respeito à temática abordada nessas obras, já que a mulher dos séculos XIX e XX se encontrava em um contexto de diversos conflitos acerca da defesa de seus direitos dentro da sociedade, podendo ser a literatura um meio indispensável para empreender a mudança e a crítica social, utilizando-se da escrita para a reivindicação desses direitos. Por isso, a literatura produzida por mulheres era, muitas vezes, vista pelos homens como dispensável, na perspectiva de uma sociedade patriarcal, o que levava a críticas negativas e aversão à produção literária feminina. A literatura era, portanto, dominada pelo gênero masculino, sendo estes responsáveis pelo poder de centralização dos discursos vigentes e pela circulação e aprovação de obras que fariam parte da construção canônica.

Estando a formação do cânone, portanto, na estreita dependência de grupos que detêm o poder dos discursos críticos e das instituições não é de causar admiração a ausência, nos séculos passados, de mulheres, negros e negras,

¹ Jorge Coli, professor de história da arte e história da cultura da Unicamp, discute, em sua coluna do jornal Folha de São Paulo, sobre o termo lugar de fala de acordo com seus usos na atualidade “Existem minorias que sofreram opressões ao longo da história e que são oprimidas ainda hoje. Minorias cujas vozes foram, ou continuam sendo, abafadas. Qualquer sentimento de dignidade humana, por menor que seja, leva a apoiar todos os movimentos que lutem para que elas manifestem suas expressões plenas e livres. Mas não se pode confundir o direito à palavra com argumento de autoridade. Precisamente, a expressão “lugar de fala” vem sendo usada nesse sentido com muita frequência. Não discuto teoricamente essa noção; discuto o emprego sumário e autoritário que leva muita gente a impor, sem discussão, suas convicções. [...] pertencer a uma minoria confere autoridade narrativa e testemunhal apenas. Porque o único lugar de fala admissível quando se trata de conhecimento e reflexão é o da universalidade racional. Fora dele, desabamos no campo inseguro das paixões. Ele garante que os lugares de fala não interditem a própria fala. [...] Dentro do domínio da razão, ninguém tem autoridade para impor sua palavra e, muito menos, para emudecer a do outro”. (COLI, Jorge. 2019)

enfim, dos *ex-cêntricos* das listas canônicas. Afinal, que identidade cultural monopolizou e monopoliza o poderio social; quem proferia e ainda profere os discursos críticos e, por fim, quem é/são o/a(s) representante(s) das instituições cujo(s) discurso(s) perpetua(m) o cânone, excluindo o(s) que não é/são seu(s) espelho(s)? Homens, homens brancos, classe média ou alta [...]. (JOB, 2015, p.3)

Dessa forma, a inferioridade da mulher imposta histórica e socialmente prejudicava o reconhecimento da literatura feminina no Brasil desde os primórdios, já que suas obras eram constantemente desvalorizadas e questionadas em relação à qualidade de suas produções, devido à inferiorização cultural e institucional da capacidade intelectual de mulheres em comparação com a dos homens. De acordo com Nísia Floresta, escritora e educadora brasileira no século XIX, que escrevia em prol dos direitos das mulheres na sociedade, em *O direito das mulheres e a injustiça dos homens*:

Se cada homem, em particular, fosse obrigado a declarar o que sente a respeito de nosso sexo, encontraríamos todos de acordo em dizer que nós nascemos para seu uso, que não somos próprias senão para procriar e nutrir nossos filhos na infância, reger uma casa, servir, obedecer, e aprazer a nossos amos, isto é, a eles homens. (FLORESTA, 1832, p.81)

Outra questão referente ao reconhecimento das mulheres está associada à dificuldade enfrentada no sentido de se inserirem no mercado de trabalho e se desvinculem do ambiente doméstico, tido como exclusivo à mulher, principalmente pelo “dom maternal”, instituído pelos valores cristãos. Assim, dificilmente as mulheres poderiam utilizar o seu tempo para se dedicarem à escrita, a exemplo daquelas que arriscavam tal ato, mas o faziam de modo escondido de suas famílias, para não serem punidas. Ainda que escrevessem, a maioria não buscava a divulgação de suas obras, devido ao fato de representar uma quebra de paradigmas socialmente aceitos para uma mulher, o que levou algumas autoras a publicarem seus escritos por meio de pseudônimos, a exemplo de Maria Firmina, autora de *Úrsula*, que a princípio utilizou o nome “Uma Maranhense”. Esse cenário de opressão masculina tornou a figura da mulher cada vez menos valorizada e tentou, a todo custo, sustentar a ideia do que seria certo ou não para o comportamento feminino, contribuindo para a perpetuação de que diversos ambientes sociais prosseguissem dominados apenas por homens.

[...] no século XIX, as mulheres que escreveram, que desejaram viver da pena, que desejaram ter uma profissão de escritoras, eram feministas, pois só o desejo de sair do fechamento doméstico já indicava uma cabeça pensante e um desejo de subversão. E eram ligadas à literatura. Então, na origem, a literatura feminina no Brasil esteve ligada sempre a um feminismo incipiente. (MUZART, 1999, p.3)

O universo das letras foi, por muito tempo, exclusivo dos homens, e, ainda que existissem mulheres escritoras, a despeito até mesmo do desencorajamento generalizado em todas as instâncias, poucas conseguiam algum espaço ou reconhecimento em sua produção. Assim como diversas áreas profissionais em que a figura masculina é considerada mais adequada e qualificada do que a mulher apenas pela diferença de gêneros.

Em meio a tudo isso, a aceitação se deu durante muito tempo apenas no campo dos homens, ser escritor era uma profissão masculina, as mulheres que se arriscaram por tal terreno ficaram em grande medida, negligenciadas. Suas obras, na maioria das vezes, vinham assinaladas sob pseudônimos, muitas vezes até mesmo masculinos. Tal prática se dava como uma forma de aceitação e legitimação para os seus escritos, uma vez que o mundo das letras e as mulheres não pareciam ser compatíveis. (RIBEIRO, 2018, p.3)

3.1. Escritoras brasileiras esquecidas ao longo dos séculos

Na literatura brasileira, a mulher só passou a ganhar espaço e reconhecimento a partir do movimento modernista – iniciado em 1922 após a Semana de Arte Moderna, em São Paulo. Nessa esteira, Autoras como Cecília Meireles, Clarice Lispector e Rachel de Queiroz estão inseridas na estética modernista nos estudos acadêmicos e puderam assistir às suas obras em evidência tanto na época em que as escreveram, quanto atualmente. Sem dúvida, o modernismo demarcou um momento de mudança no cenário da literatura brasileira. Devido ao maior alcance da educação a partir do século XX e às transformações paulatinas do papel social das mulheres, a escrita feminina acabou por conquistar mais espaço e ascensão, desde então. No entanto, antes que isso ocorresse, muitas escritoras foram esquecidas e até mesmo excluídas do panorama literário do Brasil.

Ainda que existissem muitas dificuldades que as impedissem, pelo menos desde o século XVIII as mulheres já escreviam— o que se atesta a partir de poucos registros que sobreviveram, o que não impede de ter havido autoras anteriores a esse período que, de fato, foram publicamente desprezadas. Como exceção, Teresa Margarida da Silva e Orta é considerada uma das primeiras romancistas brasileiras, nascida em São Paulo, tendo publicado em Portugal o romance *Aventuras de Diofânes*, um sucesso já em 1752, no ano do lançamento; no Brasil, a sua obra também ganhou destaque, chegando a ser o décimo primeiro título de Belas Letras mais enviado para o Rio de Janeiro. O título já abordava a temática de um feminismo emergente - por meio das personagens femininas presentes no enredo, a autora já trazia à tona a discussão sobre a importância da educação das mulheres.

Nísia Floresta, já no século XIX, é outro exemplo. Considerada a primeira voz feminista brasileira a se erguer contra os preconceitos da sociedade patriarcal, nasceu no Rio Grande do Norte em 1810, casou-se aos 13 anos forçadamente pela família, mas largou o marido – algo malvisto e incomum na época -, mesmo tendo sido repudiada pela família. A escritora iniciou sua carreira em 1832, com a publicação da tradução livre da obra *Direito das mulheres e injustiça dos homens* – de Mary Wollstonecraft -, a qual questionava a suposta inferioridade da mulher. Também era a favor da educação formal feminina como maneira de inserir a mulher no campo social, e em 1838 abriu uma escola para meninas, no Rio de Janeiro, durante o reinado de D. Pedro II. Na escola, eram ensinadas matérias como gramática, escrita e leitura de português, francês e italiano, ciências naturais e sociais, matemática, música e dança, o que rendeu à Nísia duras críticas sobre sua metodologia.

Em 1822, no Maranhão, nasceu a também escritora Maria Firmina dos Reis. Poetisa, romancista, professora, compositora e folclorista, é considerada a primeira escritora negra do Brasil, denunciou em suas obras a opressão contra as mulheres e negros no país. Sua obra mais conhecida é o romance *Úrsula*, o qual obteve destaque por evidenciar a perspectiva dos negros em relação à violência física e moral da escravidão e também o retrato lamentável da condição feminina, incapaz de decidir por seu próprio destino - imposto por homens tiranos -, o que acaba levando a personagem principal ao suicídio.

Outra autora que merece destaque é Josefina Álvares de Azevedo, cujos dados biográficos são inexatos, mas sabidamente jornalista, poetisa, biógrafa e dramaturga durante a segunda metade do século XIX. Dizia-se prima do escritor Álvares de Azevedo, porém, alguns documentos mostram que, na verdade, eram irmãos por parte de pai. O principal tema de suas obras era o lugar da mulher na sociedade republicana que se iniciava, ao defender a emancipação da mulher por meio da educação, trabalho e participação política. Publicou, em 1890, a comédia *O voto feminino*, peça na qual discutia a questão do poder na República nascente, apresentando o cotidiano doméstico e empreendendo uma análise das relações de poder, principalmente entre gêneros.

Essas são apenas algumas das mulheres que escreveram até o século XIX no Brasil, as quais pouco se fala atualmente, apesar de sua relevância para formação da literatura nacional e sua importância na construção do cenário social feminino.

3.2. A literatura em ascensão no século XIX

O século XIX no Brasil foi marcado por diversas transformações, após o fim da Revolução Francesa e o início da Era Napoleônica na Europa; a família real portuguesa, fugindo da guerra, instala-se em terras brasileiras, o que ocasionou mudanças cruciais para a formação do país, como a abertura dos portos às nações amigas, a criação do primeiro curso superior, a permissão do estabelecimento de indústrias, a elaboração de diversas estruturas e serviços públicos, como a primeira biblioteca pública brasileira e, mais tarde, a independência brasileira em 1822.

A modernização trazida pela corte portuguesa ao Brasil alterou drasticamente a vida da população, assim como a produção literária e o público leitor no país, com a inauguração de mais escolas e a criação da imprensa, mais pessoas passaram a consumir obras literárias, porém grande parte ainda pertencia às classes mais favorecidas.

A prosa em nossa literatura foi firmada, principalmente, pelo romance de folhetim, o qual era publicado nos jornais em capítulos para os leitores acompanharem as histórias semanalmente, assim como as telenovelas atuais. A estética romântica teve predominância durante esse período, apenas no final do século XIX é que começaram a surgir produções ligadas ao Realismo, Naturalismo, Parnasianismo e Simbolismo.

O Romantismo surgiu no Brasil com o propósito de criação da identidade nacional do novo país que emergia da independência, porém, mesmo com um ideal nacionalista, foi pautado pelos padrões europeus, de forma que a cultura e a representatividade local ficaram de lado. O pensamento romântico é baseado, então, na idealização, esquivando-se de qualquer compromisso com a retratação da realidade. Nesse contexto, a idealização da figura da mulher se faz presente na produção romântica da época, aos moldes de personagens do cenário literário europeu – como Ofélia, em *Hamlet*, de Shakespeare, e Catarina, em *Os sofrimentos do jovem Werther*, de Goethe -, que fixavam o padrão de mulheres brancas, cultas, submissas e dependentes.

José de Alencar foi um dos nomes de grande destaque durante o movimento romântico brasileiro, tendo publicado uma vasta quantidade de romances que retratavam temáticas relacionadas, principalmente, às questões conjugais em contextos distintos.

4. Julia Lopes de Almeida: a ascensão da escrita feminina no século XIX

Júlia Lopes de Almeida foi uma escritora brasileira do século XIX, com de trinta obras ao longo de sua carreira, as quais, em sua maioria, abordavam a questão da situação da mulher dentro da sociedade. Nascida no Rio de Janeiro em 1862, a autora iniciou a sua trajetória profissional como jornalista em 1881, colaborando em um jornal de Campinas. Inserida em um contexto no qual as mulheres nem ao menos possuíam direito à educação formal, Júlia Lopes representa uma das poucas escritoras que obtiveram alguma visibilidade em sua época, tendo a sua produção alcançado os mais variados gêneros, reconhecida pelo seu grande valor literário.

Sua condição privilegiada, de origem burguesa, e também o incentivo dos pais, contribuíram para que ela estudasse e desenvolvesse suas habilidades artísticas, tornando-se uma figura de destaque para sua época. Em seus romances abordava frontalmente a condição e a educação da mulher, colaborando, assim, para a discussão de pautas importantes relacionadas ao feminismo. Sua obra, porém, não se insere no cânone brasileiro, permanecendo ainda desconhecida por parte da maioria da população atualmente. Apesar de ter sido uma das integrantes do grupo de escritores e intelectuais que planejou a criação da Academia Brasileira de Letras, não pôde fazer parte do círculo por ser mulher, e o lugar foi ocupado por seu marido, Filinto de Almeida. A

Academia se manteve exclusivamente masculina até 1977, com a eleição de Rachel de Queiroz para a 5ª cadeira.

4.1. A autora

Sua carreira se inicia aos 19 anos de idade, em *A Gazeta de Campinas*, no ano de 1881, momento em que qualquer mulher que ousava participar da vida intelectual era considerada raridade ou a impelia à inevitável condição de deslocamento social. A partir de 1884, começa a escrever também para o jornal carioca *O país*, o qual colaborou por mais de trinta anos, veículo em que, mais tarde, publica seu primeiro romance *Memórias de Marta*, em formato de folhetim. Sua atividade em jornais e revistas – *Jornal do Commercio*, *A semana*, *Ilustração Brasileira*, *Tribunal Liberal* – é incessante, abordando os mais variados temas que compunham a época, como o apoio à abolição e à república. A extensa obra da autora abrange os mais diversos gêneros literários: contos, peças teatrais, crônicas e literatura infanto-juvenil, porém o seu reconhecimento esteve circunscrito à sua vida; depois de sua morte, em 1945, o seu nome caiu no esquecimento público, e as suas obras se tornaram cada vez mais difíceis de serem acessadas, por não terem sido praticamente reeditadas.

Inserida em um contexto em que a educação feminina não era prioridade no Brasil, Julia Lopes foi educada de forma pouco convencional para uma mulher, em ambiente familiar, visto ser uma preocupação de seus pais, principalmente de seu pai, também escritor. Além disso, por possuir uma condição social favorável, conseguiu com mais facilidade acesso a estudos que ultrapassavam a educação doméstica, base da educação da mulher no século XIX. Dessa forma, a autora tinha consciência da superioridade atribuída aos homens por meio da educação privilegiada conferida a eles no país, a qual acabava por desmerecer as mulheres intelectual e socialmente. Nessa perspectiva, as suas obras sublinham que a mulher pode contribuir ativamente para o desenvolvimento da nação, associando a educação ao trabalho, além de mostrar o quanto esses fatores são essenciais à vida de todos, homens e mulheres. A discussão instigada por sua produção literária teve, portanto, papel essencial acerca da evolução da condição da mulher na sociedade, incentivando as mudanças na estrutura educacional e social feminina no Brasil. Assim, a autora fazia parte de uma reduzida elite de mulheres

letradas que tentaram, através da valorização da educação, valorizar também a mulher de seu tempo. (DUARTE, 2010, p. 11)

4.2. As principais obras

A escrita em prosa da autora representa um significativo avanço da posição da mulher na literatura brasileira, visto que outras escritoras da época se mantinham apenas na produção poética. Outro aspecto revolucionário são as personagens femininas em seus romances, frequentemente utilizadas para tratar da questão da emancipação da mulher na sociedade, tanto a partir da importância da educação formal, quanto da inserção no mercado de trabalho, a fim de não depender de uma figura masculina a promover seu sustento. Desse modo, situações como a morte do marido da personagem principal – como nas obras *A falência* e *Correio da Roça* - são situações trazidas por Julia Lopes, as quais exigem que a mulher tome as rédeas de sua própria vida, algo incomum para no século XIX, já que era esperado que se responsabilizassem exclusivamente do lar e dos filhos, sem ambições profissionais.

Publicado em 1888 pela autora, o romance *Memórias de Marta* narra a história de Marta, por meio de um memorial em forma de diário, conduzido em 1ª pessoa – estratégia discursiva da autora, a partir da qual as suas protagonistas assumem a própria voz narrativa. A personagem mora em um cortiço com a mãe, sem muitas condições financeiras, tendo perdido o pai ainda criança, tendo de sobreviver, portanto, apenas com o sustento de sua mãe, igualmente chamada Marta, que obtinha sua renda por meio de trabalhos domésticos. A narradora foge aos padrões de mulheres retratados em romances da época, como em *Senhora*, de José de Alencar, em que a mulher é, principalmente, definida, pelo narrador onisciente, rebatido pelo autor, por suas credenciais de beleza, posição social e habilidades domésticas:

Tornou-se a deusa dos bailes; a musa dos poetas e o ídolo dos noivos em disponibilidade. Era rica e formosa. [Aurélia] tinha o firme propósito de governar a sua casa e dirigir suas ações como entendesse... com sagacidade admirável em sua idade. Aurélia era uma moça espirituosa. (ALENCAR, 2006, p. 18-19).

Ao contrário, assim Marta é retratada: “além de feia, era inabilidosa. Nunca soube fazer um laço, cortar um vestido, pregar uma flor” (ALMEIDA, 1899, p.98) e ainda “mandava-me vigiar a panela, mas a comida queimava-se, ou o fogo extinguiu-se” (Ibidem, p.71). Dessa forma, a autora foge das representações femininas forjadas pelos homens escritores da época e pela sociedade, em geral. A ambição de sua personagem principal é ter condição financeira para sustentar a si mesma e a sua mãe em um lugar melhor do que o cortiço em que moravam, o que difere da ambição de Aurélia, por exemplo, totalmente orientada para o casamento. Por se tratar de um romance composto por uma mulher, e sobre uma mulher, os pensamentos e sentimentos estão voltados à perspectiva feminina que valoriza a formação intelectual e emancipação financeira, questões de enorme valor para as mulheres do século XIX. Nesse sentido, portanto, Almeida não reproduz o discurso de vitimização feminina, mas aponta, de modo politicamente inovador, possibilidades de mudanças sociais a partir de uma campanha didática do trabalho e da educação, no esforço de transformar a “natureza feminina” (TABAK e GUIMARAES, 2011, p.47).

O romance epistolar *Correio da Roça*, publicado em 1913, composto, por 58 cartas trocadas, em primeiro plano, entre duas amigas Maria e Fernanda. Em segundo, pela correspondência das filhas de Maria, Joanninha, Cecília, Cordélia e Clara, com Fernanda. Aos 40 anos, Maria se vê falida após a morte de seu marido, decidindo, então, a se mudar para a fazenda da família do marido – o Remanso. Logo é possível perceber o descontentamento da personagem com a mudança, já que considera o lugar monótono e melancólico. Não é novidade na obra de Júlia Lopes situações como essa, em que a mulher é colocada em uma posição de abandono à própria sorte e precisa tomar as rédeas de sua vida, criticando, assim, o modelo social da época, o qual reforça a dependência de seus maridos ou família. Maria, no início da narrativa, representa o desprezo pela vida no campo, pensamento comum no período, dado o crescimento acelerado da vida urbana, além de também se mostrar relutante à quebra de expectativas do comportamento da pessoa de sexo feminino na sociedade, já que queria que as suas filhas desempenhassem apenas os papéis destinados às mulheres no início do século XX. Porém, a sua correspondente e amiga Fernanda transforma a sua visão sobre a vida no campo e a capacidade feminina para o trabalho, ao enfatizar a necessidade de trabalharem em benefício próprio, no plantio, gerando benefícios para toda comunidade. Com isso, ao longo das cartas, Fernanda demonstra o descontentamento com a aceitação

do papel a ser assumido pela mulher na sociedade, mostrando que, na verdade, se apresenta como essencial para o desenvolvimento econômico, tanto quanto o homem. Dessa forma, a autora se opõe aos padrões desenvolvidos sobre o poder da mulher, quebrando estereótipos e traçando novos rumos a serem alcançados pela população feminina:

Estereótipos femininos eram construídos e repetidos por meio do imaginário dos romances escritos por homens, para determinar e controlar espaços e papéis esperados das mulheres. Consequentemente, a linguagem torna-se objeto em que se instaura e se manifesta o poder, uma vez que, repetida exaustivamente, é usada para solidificar estereótipos discursivos em um determinado tempo, configurando-os como uma construção histórico-cultural: “Repetir a mesma linguagem faz com que o que se diz pareça natural e inato”. (Ibidem, p. 40)

5. A temática feminista em *Correio da Roça* e *Memórias de Marta*

As obras da romancista e cronista demonstram e demarcam, constantemente, a preocupação com a organização social brasileira. Assim, Julia Lopes expõe, em sua narrativa, questões abolicionistas, republicanas e feministas, trazendo uma perspectiva transgressora, primeiramente, por ser uma mulher escritora em sua época, bem como pelo seu engajamento temático. Como dito anteriormente, a autora se posiciona de forma categórica em suas obras sobre a inferiorização da mulher pelo falocentrismo, de modo a discordar com o não acesso à educação formal e a pouca ocupação no cenário público social. Por isso, a emancipação feminina e a importância de sua participação no mercado de trabalho são alguns dos temas em destaque em *Memórias de Marta* e *Correio da Roça*.

Sendo o seu primeiro romance publicado, *Memórias de Marta* é um marco dentro da literatura brasileira, apresentando uma personagem principal feminina que narra a sua própria história, dando voz àquelas que sempre tiveram as suas vidas contadas por homens. A obra nos traz o relato de Marta, já adulta, a partir das lembranças de sua vida, seguindo uma linha cronológica em uma sucessão de marcos de sua trajetória: a morte de seu pai, a falta de condições financeiras de sua mãe, a mudança para um cortiço no Rio de Janeiro com a mãe, bem como os seus estudos em uma escola pública e a participação como adjunta da professora D.

Aninha. Compõe ainda, em retrospectiva, esse memorial a sua formação como professora, a melhora em sua situação financeira e profissional, a mudança do cortiço, a primeira decepção amorosa, a recusa do casamento, o adoecimento e a morte de sua mãe, além da aceitação do casamento sem afeto. A protagonista ressalta, em sua escrita, a vontade de sair do cortiço e de poder dar a ela mesma e à sua mãe uma condição melhor de vida, desenvolvendo, com isso, o gosto pelo estudo, por nele avistar a possibilidade de uma carreira que promova o seu sustento.

Outra questão abordada é a dependência da figura do homem na vida das mulheres, pois, mesmo passando por dificuldades, a mãe de Marta trabalha como engomadeira para sustentar a família após a morte do marido. Nesse sentido, a filha reconhece o esforço de sua mãe e pretende retribuí-lo, embora o seu sonho seja ver a filha casada, algo não tão valorizado por Marta. Em uma época de férias, a protagonista se apaixona por Luis, primo de sua professora, porém não é correspondida - durante esse tempo estava afastada da mãe, então, mandava-lhe cartas contando sobre esse período de descanso, o qual a mãe mostrava a Miranda, um de seus clientes, que acabou se apaixonando por Marta ao ler seus escritos.

Dessa forma, outro ponto cultural e politicamente inovador é o fato de o amor ser tratado não somente por meio dos esperados atributos femininos, como beleza e prendas domésticas, já que Miranda nunca havia visto Marta, mas sim pelo interior do indivíduo, pela subjetividade, acaba apaixonando-se pelo intelecto da mulher, ressaltando novamente a importância da educação na formação individual, afastando-se, desse modo, do ideal da mulher ligado somente às aparências. Ao retornar, Marta passa no concurso de professora e recebe uma proposta de casamento de Miranda. No entanto, ela recusa por não amá-lo - assim, o casamento não é visto somente como um contrato ou uma forma de submissão da mulher, já que Marta possui um emprego e a capacidade de se sustentar sozinha. Sua mãe, já cansada e sofrendo dos sintomas da velhice, ressalta a necessidade do casamento, afirmando que "Eu não queria fechar os olhos sem te ver casada... só, num mundo tão perverso como este [...] a reputação de uma mulher é essencialmente melindrosa. Como o cristal puro, o mínimo sopro a enturva..." (ALMEIDA, 1899, p.142-143). Em seguida, a filha acaba se convencendo e aceita a proposta, almejando a felicidade de sua mãe, que sempre foi sua prioridade. Portanto, ainda que a narrativa apresente a transgressão da recusa e, logo após, a aceitação de um padrão social,

Marta representa a mulher que dispõe de consciência sobre si, aquela que prescinde do casamento para ser alguém, ou para ser sustentada, acaba aceitando apenas para realizar o último desejo de sua mãe, a qual falece dias depois de seu casamento.

Já na obra *Correio da Roça*, publicada mais de duas décadas após o primeiro romance da autora, percebe-se maior amadurecimento da temática feminista na trama, aliada a questões de extrema importância social e econômica da época, a valorização da vida e do trabalho no campo. O romance discute fortemente a respeito da independência da mulher, já que a personagem principal, Maria, perde o marido e, por conta de dívidas feitas por ele, é obrigada a mudar-se com suas quatro filhas a uma antiga propriedade rural. A fazenda do Remanso proporciona a elas um choque ambiental e social enorme, acostumadas com a vida burguesa movimentada da cidade. Dessa forma, Almeida traz à tona a visão preconceituosa das pessoas da cidade sobre a vida no campo. Nesse contexto, Maria escreve a sua amiga Fernanda, queixando-se do tédio e da monotonia da nova vida; porém, esta a repreende pelas reclamações e procura animá-la, incentivando-a a transformar aquele lugar, aparentemente inóspito, em um recanto produtivo e aconchegante. Fernanda assume um papel de colaboradora na promoção da vida na fazenda, por meio de suas cartas, instrui Maria e suas filhas a cuidarem dos animais e do plantio para gerarem renda à família e restaurarem a felicidade do lar. Além disso, Fernanda também é responsável por despertar a preocupação das mulheres com a qualidade de vida de seus colonos, promovendo a alfabetização das crianças e a construção de um pequeno hospital.

Através do recurso da troca de cartas entre amigas, Júlia Lopes analisa, com didatismo e simplicidade, várias facetas da economia da época, a condição feminina, o papel da família na sociedade e no desenvolvimento do país, o amor, a solidariedade entre as pessoas e, o que me parece o ponto principal, a educação e o trabalho modificando realidades e melhorando a qualidade de vida de todos. (VIEIRA, 2003, p. 95)

Nessa perspectiva, a obra relaciona a importância do trabalho agrícola como atividade essencial para o desenvolvimento socioeconômico da nação, com a necessidade de união entre as mulheres em prol delas mesmas, promovendo a valorização de sua capacidade acadêmica e profissional como forma de participação social. Assim, é notório que Almeida deixa em suas obras uma dimensão didática, tanto

no campo da inserção social e política da mulher quanto na produção sustentável na agricultura, visto que incita a mobilização feminina por meio dos ensinamentos presentes em sua narrativa. Em um contexto histórico no qual as mulheres tinham pouco ou nenhum acesso ao conhecimento intelectual ou lugar de fala, os seus romances exerceram papel fundamental sob o questionamento das imposições feitas, ainda que, de maneira sutil, representem a subversão dos valores e restrições tidos à população feminina dentro da esfera pública e privada da época. Retomando o tema das “comunidades de mulheres”, a autora deixa claro que, se lhes oferecerem as condições necessárias, estas dispõem de potencialidade e capacidade para adquirir conhecimentos, superar as adversidades e alcançar o sucesso (Ibidem, p.96).

5.1. *Memórias de Marta* – a quebra do ideal da mulher

Como abordado anteriormente, a obra *Memórias de Marta* é narrada em 1ª pessoa pela protagonista: uma mulher. Esse fato representa um marco para a literatura brasileira, visto que é dada à mulher sua própria voz para contar sua história, o que até então não era comum nos escritos da época. Marta relata suas memórias de maneira a evidenciar sentimentos e frustrações vividos ao longo de sua vida, trazendo a perspectiva feminina sobre a realidade. Dessa forma, o romance traz consigo a criação da identidade de uma nova mulher no cenário literário, não mais como aquela que almeja apenas o amor de um homem e o matrimônio, mas sim como um indivíduo passível de ambições e também capaz de seguir o caminho que deseja. Além disso, a personagem principal constitui a quebra da composição da mulher somente pelos seus atributos físicos, na medida em que se afasta das personagens femininas comumente idealizadas e valorizadas apenas pela sua beleza.

Compreendi minha fealdade pela primeira vez. Que diferença entre nós duas! Ela, muito corada, olhos brilhantes de alegria e de orgulho, o vestido claro, curto, as meias esticadas por cima dos joelhos... Eu, pálida, o cabelo muito liso, feito em uma trança apertada, as pernas magras, as meias de algodão engilhadas, o vestido de lã cor de havana, comprido e esgarçado; os sapatos cambaios [...] Eu sentia-me humilhada e com vontade de chorar. (ALMEIDA, 1899, p.19)

No trecho acima, Marta narra um acontecimento de sua infância: o dia em que acompanhou sua mãe até a casa de uma freguesa e se deparou com uma menina de sua idade, porém, pertencente a uma classe social mais favorecida. Nesse momento, a personagem revela a descoberta de sua “fealdade”, demonstrando-se abatida por tal fato. É perceptível, durante o romance, como a questão da beleza afeta a personagem principal, os padrões reafirmados pela literatura sobre a imagem da mulher delineiam a ideia de que ser bonita é algo primordial para qualificar uma mulher. Marta, assim como toda mulher, frustra-se por não ser detentora desse atributo e ainda evidencia a inveja que sentia daquelas que ela considerava bonita. Porém, o romance quebra o pensamento de que a beleza é fundamental na vida das mulheres, já que Marta não necessita desse fator para conquistar uma carreira, seu próprio sustento e até mesmo um marido, que se apaixona por ela pelos seus escritos, sem ao menos tê-la visto. Desse modo, a representação da mulher não é focada em qualidades físicas, mas sim intelectuais - fato que contribui para a desmistificação da inferioridade feminina na sociedade, visto que a capacidade intelectual da mulher é constantemente questionada.

Podemos perceber grandes avanços no discurso almeidiano, na medida em que a autora desconstrói a representação romântica do casamento e, ao mesmo tempo, advoga pela emancipação das mulheres através da educação e do trabalho. Se o casamento aconteceu sem o amor, ele só se concretizou pelos predicados intelectuais de Marta, capazes, inclusive, de despertar a paixão. (GUIMARAES, 2017, p.15)

Nesse aspecto, a obra esquia-se da centralidade masculina dentro da narrativa, uma vez que se trata da história de uma mulher, contada por meio de sua própria voz; há ainda a morte do pai da protagonista logo no início do romance, a qual Marta aborda de maneira pouco sentimental, visto que não era próxima do pai.

Foi-se embora... que alívio. Da morte do meu pai foi a sensação que me ficou. Amei-o? Talvez, não me lembro. A convivência era pouca ou nenhuma. Ele passava a vida na rua, e eu agarrada às saias de minha mãe e de uma velha fula religiosíssima que tôda se desmanchava em contar-me histórias de fantasmas e terrores do diabo. (ALMEIDA, 1899, p.10)

Dessa maneira, a figura masculina possui pouco ou nenhum foco ao longo da narrativa, produzindo o efeito da autossuficiência da mulher dentro da realidade, portanto, Marta não é apenas a protagonista do romance, mas também de própria sua

vida. Ainda que se case ao final, cedendo à vontade de sua mãe doente, o marido não é idealizado por Marta, o que deixa claro que a aceitação do pedido deve-se somente a felicidade de sua mãe, que sempre foi o bem maior em sua vida. Nesse sentido, a narradora conta que tentou até mesmo adiar a cerimônia algumas vezes, mas no final acabou se decidindo por uma data; dessa forma, a romantização do casamento é abandonada pela autora, e ainda a fixação da mulher pelo matrimônio, já que Marta pouco se interessa por esse objetivo: “Passámos uma semana feliz; meu marido consagrava-me uma afeição serena; era delicado e bom. Nunca no meu lar soaram as alegres e sonoras frases dos noivos apaixonados, nem tampouco até hoje houve nunca um arrufo” (Ibidem, p.155). É notória, no trecho, a despreocupação de Marta com a vida de casada, evidenciando a falta de paixão entre os dois; e ainda a expressão “no meu lar” demonstra como a personagem não abre mão de sua individualidade e independência por consequência do matrimônio, a casa em que viviam representa uma conquista de seu trabalho e dedicação, portanto, o pronome na 1ª pessoa do plural é barrado. Em vista disso, a nossa protagonista quebra com todos os padrões femininos construídos na literatura, por não ser bonita, nem possuir habilidades domésticas, e ainda ser independente e sem sonhar com o casamento.

Quais seriam, então, os elementos que caracterizam a heroína como mulher feia e inabilidosa para as prendas domésticas? Trata-se de uma estratégia bem calculada de Júlia Lopes de Almeida, desconstruir os modelos vigentes de feminilidade, calcados nos atributos físicos e nas habilidades para o lar. O valor político disso para a época em que D. Júlia escreve se vincula à estratégia de reinscrever os padrões de referência do que constitui a mulher ideal, mas especialmente marcar algo que pode comunicar um fato bem mais comum à vida da mulher em geral, afinal nem todas são providas de beleza ou de dons supostamente naturais para as prendas domésticas. E aqui tem-se uma pista sobre quem seria o leitor ideal de Júlia Lopes de Almeida: a mulher comum, a mulher pobre, a mulher sem atributos físicos. (GUIMARAES, 2017, p.10)

Com essa perspectiva, Júlia Lopes cria um romance que instiga a todas as mulheres, de maneira que elas possam, de fato, identificar-se com sua personagem, por esta ser a representação de uma mulher real, não mais angelical e perfeita, mas de carne e osso, dispondo de sonhos e sentimentos, frustrações e tristezas, vontades e desejos e, principalmente, uma mulher que não depende de um homem para conquistar tudo isso.

5.2. *Correio da Roça* – a independência e a colaboração entre mulheres

Tratando-se do romance epistolar de Almeida, *Correio da Roça*, presenciamos a troca de confidências entre duas amigas, Maria e Fernanda, sobre a nova vida de Maria após o falecimento de seu esposo. Novamente a autora utiliza da viuvez da mulher para justificar a necessidade da emancipação feminina, já que Maria, em primeiro momento, vê-se incapaz de ter uma vida produtiva no Remanso, fazenda deixada por seu marido a qual ela e suas filhas se mudam. A amiga Fernanda é peça fundamental para o desenvolvimento do romance, pois, por meio dela, Maria e suas filhas se encorajam para fazer do espaço rural um lar; dedicam-se ao cultivo da terra, ao plantio, à criação de animais e até mesmo aos funcionários e camponeses que moravam pela vizinhança.

Trata de engrandecer e poetizar por todos os modos a tua propriedade agrícola e não penses nos *cancans* da nossa sociedade, cada vez mais enredadora e maligna. Para que desejarás saber se o Rocha se divorciou e se a Lemos casa ou não casa, se, afinal, se o Rocha se divorciar é para tornar a casar-se, embora com outra, e se a Lemos se casar será para se divorciar pouco tempo depois? Deixa-nos sufocar nas cinzas deste borralho imenso – e tu respira, respira livremente esse bom ar da serra! ... FERNANDA (ALMEIDA, 1987, p.44)

Fernanda se mostra uma alma cheia de energia e compaixão a ser compartilhada pela amiga, e, mesmo após a recusa de Maria à proposta de trabalhar no meio agrícola, ela não desiste e a faz enxergar uma nova oportunidade de vida no campo. A partir das cartas trocadas, é possível perceber a cumplicidade entre ambas, ao passo que Fernanda lê e pesquisa assuntos sobre agricultura e pecuária para aconselhar a amiga, Maria escuta atentamente os seus ensinamentos e os coloca em prática no Remanso. Dessa forma, quebra-se a ideia da rivalidade entre as mulheres - instigada pela sociedade patriarcal -, de modo que a conquista por um homem é tida como uma competição entre elas. As cartas, ao contrário, perpetuam as vozes de uma verdadeira amizade feminina, e ainda a colaboração entre elas, por meio da ajuda mútua e o incentivo ao crescimento e desenvolvimento de ambas as partes.

A transformação destas terras e destes hábitos parecia-me tarefa superior às minhas forças; foi então que desabafei contigo e que a tua palavra clara e amiga respondeu com afirmações às minhas dúvidas, com energia aos meus

desfalecimentos [...] Na fé miraculosa dos teus ideais, empreendeste a salvação da minha vida e começaste a legislar de lá, em cartas sedutoras, as leis por que nos deveríamos reger no Remanso! Ao soluço da nossa saudade pelos gozos da cidade, mandaste-nos plantar batatas e lavrar os campos e arado! Tal resposta rebentou aqui como uma bomba, e todas nós, quando a lemos nos entreolhamos escandalizadas, supondo-te louca! [...] Para não te magoar, nada te disse então; hoje faço-o com um beijo de gratidão infinita. A razão estava contigo! [...] TUA MARIA (Ibidem, p.98)

No trecho destacado, Maria demonstra sua gratidão ao encorajamento dado pela amiga, pois, de início, ela e suas filhas se sentiram ofendidas pela ideia de trabalharem na fazenda, visto que eram moças da cidade, apenas com estudos em línguas e piano, e esse ofício seria mal visto ou inferior a elas. No entanto, Fernanda não desiste e, por meio de suas palavras animadoras, convence a amiga de que ela precisa se ocupar com o trabalho, diferentemente dos ideais sociais da época, que preferiam excluir a mulher da vida pública e profissional: “Para todas as agonias e desfalecimentos morais há um único remédio: - o trabalho. FERNANDA” (Ibidem, p.62) Nessa perspectiva, a preocupação de Fernanda é real, e toda sua ajuda demanda o esforço de sua parte, mandando materiais para utilizar na agricultura, instruções a serem seguidas para o plantio e novas possibilidades para a fazenda.

O limiar de um possível ecofeminismo na obra de Júlia Lopes de Almeida, faz-se na percepção de que a ajuda mútua entre as interlocutoras das cartas não sofre interferência dos homens. Apenas em raras exceções, os homens têm voz na narrativa. Mesmo que a tenham, são pouquíssimas e em passagens coadjuvantes. Fernanda, Maria, Cecília, Cordélia, Joaninha e Clara formam um caleidoscópio feminino de subjetividades distintas que se transmutam em confissão. Oportunidade que propicia a repensar as estruturas patriarcais de submissão às mulheres e a desenfreada expropriação da terra propiciada pelos homens. (COSTUBRA, 2014, p. 10)

Por esse motivo, o romance é pautado na ideia da *Sororidade*², uma vez que demonstra a união entre as mulheres de modo a beneficiá-las no sentido de compartilhamento de saberes, empatia e preocupação umas com as outras, promove,

² Do latim *Soror*, “irmã”. O termo começou a ser utilizado na década de 70, com o avanço dos movimentos feministas, que promove a ideia da união das mulheres contra as discriminações sofridas pelo gênero, envolvendo a empatia entre as mulheres em prol de si mesmas na tentativa de superar as questões das rivalidades entre elas, instauradas pelo machismo e patriarcalismo. (MENA, 2018)

assim, o fortalecimento do gênero feminino pela criação de uma irmandade na qual as próprias mulheres se erguem em conjunto, deixando de lado a rivalidade que as oprimiam e denegriam.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, foi possível entender um pouco a história da trajetória das mulheres no Brasil, as inúmeras opressões e injustiças que uma mulher enfrentava durante sua vida apenas por ser mulher, perpetuadas ainda hoje em nossa realidade. A partir das questões apresentadas, notamos como as dificuldades impostas ao gênero feminino tentam impedir o nosso crescimento pessoal e profissional, de modo que somos consideradas inferiores ou menos capazes com base em discursos machistas e opressores, os quais escutamos desde o início de nossa existência. A literatura é apenas uma das áreas em que tentaram silenciar as mulheres e diminuir seus esforços e trabalhos, muitas outras, que, a exemplo de Júlia Lopes de Almeida, foram desconsideradas pela história - por muito tempo, contada apenas pela voz de homens, silenciando as vozes de tantas mulheres que possuíam grandes e importantes jornadas de suas lutas a serem conhecidas.

Os estudos literários precisam abarcar essas mulheres, de forma a valorizá-las – afinal quantas mulheres lemos durante o ensino fundamental e médio nas escolas? Até mesmo na graduação, poucas são as críticas literárias femininas, as leituras obrigatórias de autoras mulheres, o que reforça a ideia da inferioridade feminina, já que não recebe o mesmo reconhecimento dos escritores homens. Atesto que alguns professores e professoras das universidades tentam mudar essa realidade, inserindo mais obras femininas nos programas das disciplinas ofertadas, porém ainda há muito a ser mudado para que as mulheres adquiram a devida, esperada e justa valorização.

Precisamos conhecer essas mulheres, trazê-las à luz da história e ouvir o que têm a nos contar. Leiamos mais mulheres, recomendemos mais mulheres, valorizemos mais mulheres. Ainda que a escrita masculina assuma a sua importância na construção da literatura nacional, a escrita feminina também foi crucial e teve de enfrentar barreiras as quais aos homens não eram impostas. Por esse motivo, a luta das mulheres se apresenta como fundamental para a construção de nossa própria identidade, não mais baseada no

olhar do homem, mas sob nossa própria perspectiva, trazendo a pluralidade do significado de ser mulher. Assim, indelevelmente, o feminismo acompanha todas nós, mesmo as que não reconheçam isso, porque se estamos vivas, se somos ouvidas, se podemos nos impor, é porque uma mulher antes de nós lutou para que pudéssemos, portanto, existir. Uma mulher nunca é só uma mulher, traz consigo todas as outras, por isso, é nosso dever conhecer quem somos – afinal, como ensina Simone de Beauvoir, “não se nasce mulher, torna-se mulher”.

7. REFERÊNCIAS

ALENCAR, José Martiniano de. Senhora, perfil de mulher. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1974.

ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Memórias de Marta*. Paris: Truchy-Leroy, 1899.

_____. *Correio da roça*. 7ª ed. Rio de Janeiro: INL/Presença, 1987.

ARAÚJO, Emanuel. “A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia”. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 37-65.

BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo – 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

COLI, Jorge. Lugar de fala não pode ser confundido com argumento de autoridade. Folha de São Paulo, São Paulo, 30 de jun. de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/jorge-coli/2019/06/lugar-de-fala-nao-pode-ser-confundido-com-argumento-de-autoridade.shtml>> Acesso em: 5 de dezembro 2019.

COSTUBRA, Deivid Aparecido. O limiar de um “possível ecofeminismo”: Júlia Lopes de Almeida e o caso do Correio da Roça (1917). In: Encontro Estadual de História da ANPUH-SP, 22., 2014. Santos. *Anais eletrônicos*. Disponível em: <http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1407286222_ARQUIVO_TextoCompleto-Final.pdf> Acesso em: 5 de dezembro 2019.

DE LUCCA, Leonora. “O ‘feminismo possível’ de Júlia Lopes de Almeida” (1862-1934). In: CORRÊA, Mariza (org.). *Cadernos Pagu: Simone de Beauvoir e os feminismos do século XX*. Campinas: Unicamp (12) 1999.

D’INCAO, Maria Ângela. “Mulher e família burguesa”. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 187-200.

DUARTE, Constancia Lima. “Nísia Floresta Brasileira Augusta: pioneira das letras e do feminismo nacional” In: AUAD, Sylvia Maria Von Atzingen Venturoli (Org.). *Mulher – cinco séculos de desenvolvimento na América – capítulo Brasil*. Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva, 1999.

_____. *Nísia Floresta*. Recife: Massangana, 2010, p. 11-38.

Enciclopédia Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa443758/julia-lobes-de-almeida> > Acesso em: 20 de agosto 2019.

Em 2018 foram registrados 1206 feminicídios no Brasil. Redação Spbancarios, São Paulo, 13 de set. de 2019. Disponível em: <<https://spbancarios.com.br/09/2019/em-2018-foram-registrados-1206-feminicidios-no-brasil>> Acesso em: 19 de outubro 2019.

FLORESTA, Nísia. “Direito das mulheres e injustiça dos homens”. In: DUARTE, Constancia Lima. *Nísia Floresta*. Recife: Massangana, 2010, p. 81-88.

FURQUIM, Tânia Magali Ferreira. *Aventuras instrutivas: Teresa Margarida da Silva e Orta e o romance setecentista*, 2003, 117 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

GUIMARAES, Alex dos Santos. *Jogo de espelhos: a invenção pública da memória feminina em Memórias de Marta de Júlia Lopes de Almeida*. MEMENTO – Revista de Linguagem, Cultura e Discurso, v. 8, n. 1. Universidade Vale do Rio Verde, Minas Gerais, 2017.

JOB, Sandra Maria. “Cânone, feminismo, literatura: relações e implicações”. Revista eletrônica Falas Breves, **Literatura & Sociedade**. Breves-PA, fev, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. *Mulheres na sala de aula*. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 371-403.

MATOS, Gregório de. *Poemas escolhidos*. Seleção e prefácio de José Miguel Wisnik. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MATUOKA, Ingrid. **Nísia Floresta: a primeira educadora feminista do Brasil**, Centro de Referências em educação integral, 2017. Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/reportagens/nisia-floresta/>> Acesso em: 30 de setembro 2019.

MENA, Isabela. *Verbete Draft Feminismo nos negócios: O que é sororidade?* Projeto Draft, 2018. Disponível em: < <https://www.projeto draft.com/verbete-draft-feminismo-nos-negocios-o-que-e-sororidade/>> Acesso em: 5 de dezembro 2019.

Mundo vestibular, 2009. Disponível em: <<https://www.mundovestibular.com.br/estudos/historia/evolucao-historica-da-mulher-na-legislacao-civil>> Acesso em: 22 de agosto 2019.

MUZART, Zahidé Lupinacci (org.) *Escritoras brasileiras do século XIX*. In: DUARTE, Constância Lima. “Feminismo e Literatura no Brasil”. *Estudos Avançados* [online], v.7, n. 49, p. 151-172. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000300010&script=sci_arttext> Acesso em: 13 de outubro 2019.

RIBEIRO, Cristiane de Paula. “Cânone literário e o lugar das mulheres na literatura oitocentista”. In: MATOS, Julia Silveira. ATALLAH, Gianne Zanella (org.). *História e Cultura – História e gênero: representações e símbolos*. v.7, n-1. Franca: UNESP, 2018, p. 30-49.

TABAK, Fani Miranda & GUIMARÃES, Alex dos Santos. **Memórias de Marta: historiografia, gênero e literatura em Júlia Lopes de Almeida**. *Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. v.9, Julho 2011. Disponível em: <<http://www.revistadiadorim.lettras.ufrj.br>>. Acesso em: 25 de outubro 2019.

TELLES, Norma. “Escritoras, escritas, escrituras”. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 336-370.

VAINFAS, Ronaldo. “Eva Tupinambá”. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 10-36.

VIEIRA, Marly Jean de A. P. “Do privado ao público: Júlia Lopes e a educação da mulher”. 2003, 156 p. Dissertação (Pós-graduação em Literatura) – Departamento de Teoria Literária e Literatura, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

24 de fevereiro: dia da conquista do voto feminino no Brasil. Tribunal Regional Eleitoral, Brasília, 24 de fev. de 2018. Disponível em: <<http://www.tre-pr.jus.br/imprensa/noticias-tre-pr/2018/Fevereiro/24-de-fevereiro-dia-da-conquista-do-voto-feminino-no-brasil-1>> Acesso em: 18 de outubro de 2019.